

GESTÃO

Plano prevê contratação de quase 800 profissionais

A primeira reunião do grupo de trabalho (GT) que irá operacionalizar as ações do Plano de Reestruturação dos Hospitais Federais no Estado do Rio de Janeiro, do Ministério da Saúde (MS), ocorreu no dia 29 de janeiro, no INCA. A iniciativa tem como objetivo a redução do tempo de espera e ampliação dos atendimentos especializados no Sistema Único de Saúde (SUS). Realizado no contexto do programa *Agora Tem Especialistas*, o plano inclui aumento de consultas, exames, cirurgias, diagnósticos e tratamentos, e está prevista a contratação de 784 pessoas para as unidades assistenciais da instituição, via processo seletivo conduzido pela Fundação de Apoio à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A partir da assinatura de um acordo de cooperação técnica, a Fiocruz colabora com os esforços do MS. Até o fechamento desta edição do Informe INCA, cerca de 450 profissionais já haviam se apresentado, e a equipe responsável estava realizando o alinhamento de compatibilidade de escalas e ajustes operacionais necessários para a efetivação das contratações.



Primeiro encontro do grupo de trabalho reuniu representantes de instituições de saúde federais, Fiocruz e Ministério da Saúde

No encontro, foram apresentadas as cinco metas do GT: aumentar a oferta de serviços; dimensionamento da força de trabalho; capacitação e qualificação de profissionais; monitoramento dos indicadores assistenciais; e sistema permanente de monitoramento e avaliação. A ideia é retomar a capacidade máxima de serviços, bem como reativar alguns deles.

A ocasião também foi uma oportunidade das instituições federais elencarem suas principais necessidades para se adequar ao acordo, incluindo as relativas a mão-de-obra. As áreas de gestão de pessoas dos institutos estarão envolvidas nas próximas reuniões, para discutir questões específicas sobre o quadro de pessoal das unidades.

O plano de reestruturação busca reposicionar a rede federal como um dos eixos estratégicos do SUS no Estado do Rio. Além do reforço nas equipes, para o INCA, a ação prevê incrementos como abertura de mais salas de cirurgia e aumento da capacidade ambulatorial.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

INCA colabora para atualização de lista de doenças relacionadas ao trabalho

Em 2019, a Organização Mundial da Saúde estimou a ocorrência de 2,9 milhões de mortes atribuídas ao trabalho em todo o mundo. Apesar da relevância do câncer relacionado ao ambiente laboral observada no cenário global, existem diferenças nas frequências da doença entre os países, bem como nas listagens que detalham os agentes cancerígenos ocupacionais. O INCA foi colaborador na revisão da lista brasileira, descrevendo os tipos de tumores que podem ter relação com o trabalho. Essa contribuição do Instituto ganhou destaque em artigo publicado na *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, intitulado *Câncer relacionado ao trabalho: relato de experiência do Instituto Nacional do Câncer na atualização da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho do Ministério da Saúde no Brasil*.

O texto discorre sobre a experiência dos profissionais da Área Técnica Ambiente, Trabalho e Câncer, da Coordenação de Prevenção e Vigilância, na atualização da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT) do Ministério



Fernanda Nogueira e Ubirani Otero estão entre os autores do artigo que narra a participação do Instituto no documento

da Saúde, com ênfase no capítulo dedicado às neoplasias. Ressalta, ainda, o papel da equipe na adoção de critérios nacionais e internacionais para a seleção de tipos de câncer e agentes cancerígenos.

A nova LDRT ampliou de 182 para 347 os códigos de doenças e de 14 para 50, os tipos de neoplasias. “Após 20 anos desde que a primeira LDRT foi adotada, houve mudanças significativas nos processos de trabalho, como a incorporação de novas tecnologias, exposições e circunstâncias de exposição”, explica a epidemiologista da Área Ubirani Otero, uma das autoras do artigo.

Ela relata que foram incluídos novos fatores ocupacionais, como trabalho noturno, vírus [HPV, HIV], poluentes e substâncias químicas. Também foram consideradas ocupações vulneráveis, como as de profissionais do sexo. “A revisão da LDRT refletiu avanços científicos, promovendo maior proteção à saúde dos trabalhadores e subsidiando políticas públicas de vigilância e prevenção.”